

André de Carvalho Ramos

Curso de Direitos Humanos

8ª edição

2021

saraiva  jur



Av. Paulista, 901, 3º andar
Bela Vista – São Paulo – SP – CEP: 01311-100

SAC | sac.sets@somoseducao.com.br

Direção executiva Flávia Alves Bravin
Direção editorial Renata Pascual Müller
Gerência de projetos e produção editoriais Fernando Penteadó

Planejamento Josiane de Araujo Rodrigues

Novos projetos Sérgio Lopes de Carvalho
Dailia Costa de Oliveira

Edição Clarissa Boraschi Maria (coord.)
Aline Darcy Flôr de Souza

Produção editorial Daniele Debora de Souza (coord.)
Verônica Pivisan Reis

Arte e digital Mônica Landi (coord.)
Camilla Felix Cianelli Chaves
Claudirene de Moura Santos Silva
Deborah Mattos
Guilherme H. M. Salvador
Tiago Dela Rosa

Projetos e serviços editoriais Daniela Maria Chaves Carvalho
Kelli Priscila Pinto
Laura Paraiso Buldini Filogônio
Manlia Cordeiro
Nicoly Wasconcelos Razuk

Diagramação SBNigri Artes e Textos Ltda.
Revisão Carmem Becker
Capa Tiago Dela Rosa
Produção gráfica Maril Rampim
Sergio Luiz Pereira Lopes
Impressão e acabamento Bartira

DADOS INTERNACIONAIS DE CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO (CIP)
ANGÉLICA ILACQUA CRB-8/7057

Ramos, André de Carvalho

Curso de direitos humanos / André de Carvalho Ramos. -
8. ed. – São Paulo: Saraiva Educação, 2021.
1144 p.

Bibliografia

ISBN 978-65-5559-253-5 (impresso)

1. Direitos humanos – Brasil. 2. Direitos humanos (Direito internacional) I. Título.

20-0494 CDD 341
CDU 341:347.121.1

Índice para catálogo sistemático:

1. Direitos humanos e direito internacional

Data de fechamento da edição: 28-10-2020

Dúvidas? Acesse www.editorasaraiva.com.br/direito

Nenhuma parte desta publicação poderá ser reproduzida por qualquer meio ou forma sem a prévia autorização da Saraiva Educação. A violação dos direitos autorais é crime estabelecido na Lei n. 9.610/98 e punido pelo art. 184 do Código Penal.

CL 606813 CAE 741424

SUMÁRIO

| | |
|--------------------------------|----|
| Apresentação da 8ª edição..... | 23 |
|--------------------------------|----|

PARTE I – ASPECTOS BÁSICOS DOS DIREITOS HUMANOS

| | |
|---|-----------|
| Capítulo I – Direitos humanos: conceito, estrutura e sociedade inclusiva..... | 31 |
| 1. Conceito e estrutura dos direitos humanos..... | 31 |
| 2. Conteúdo e cumprimento dos direitos humanos: rumo a uma sociedade inclusiva..... | 32 |
| Capítulo II – Os direitos humanos na história..... | 35 |
| 1. Direitos humanos: Faz sentido o estudo das fases precursoras?..... | 35 |
| 2. A fase pré-Estado Constitucional..... | 36 |
| 2.1. A Antiguidade Oriental e o esboço da construção de direitos..... | 36 |
| 2.2. A visão grega e a democracia ateniense..... | 37 |
| 2.3. A República Romana..... | 38 |
| 2.4. O Antigo e o Novo Testamento e as influências do cristianismo e da Idade Média..... | 38 |
| 2.5. Resumo da ideia dos direitos humanos na Antiguidade: a liberdade dos antigos e a liberdade dos modernos..... | 39 |
| 3. A crise da Idade Média, início da Idade Moderna e os primeiros diplomas de direitos humanos..... | 40 |
| 4. O debate das ideias: Hobbes, Grócio, Locke, Rousseau e os iluministas..... | 43 |
| 5. A fase do constitucionalismo liberal e das declarações de direitos..... | 46 |
| 6. A fase do socialismo e do constitucionalismo social..... | 49 |
| 7. A internacionalização dos direitos humanos..... | 51 |
| Capítulo III – Terminologia, Fundamento e Classificação..... | 53 |
| 1. Terminologia: os direitos humanos e os direitos fundamentais..... | 53 |
| 2. Classificação dos direitos humanos..... | 57 |
| 2.1. A teoria do <i>status</i> e suas repercussões..... | 57 |
| 2.2. A teoria das gerações ou dimensões: a inexauribilidade dos direitos humanos..... | 59 |
| 2.3. A classificação pelas funções..... | 63 |
| 2.4. A classificação pela finalidade: os direitos e as garantias..... | 65 |
| 2.5. A classificação adotada na Constituição de 1988..... | 67 |
| 2.5.1. Direitos individuais..... | 68 |
| 2.5.2. Direitos sociais..... | 68 |
| 2.5.3. Direito à nacionalidade..... | 70 |
| 2.5.4. Direitos políticos e os partidos..... | 71 |

| | |
|--|-----|
| 2.5.5. Direitos coletivos, difusos e os direitos individuais de expressão coletiva..... | 74 |
| 2.5.6. Os deveres individuais e coletivos..... | 75 |
| 2.6. A classificação pela forma de reconhecimento..... | 76 |
| 2.7. Mínimo existencial e a reserva do possível..... | 80 |
| 3. Dignidade humana..... | 81 |
| 3.1. Conceito de dignidade humana e seus elementos..... | 81 |
| 3.2. Usos possíveis da dignidade humana..... | 84 |
| 4. Os fundamentos dos direitos humanos..... | 88 |
| 4.1. O fundamento jusnaturalista..... | 88 |
| 4.1.1. O jusnaturalismo de origem religiosa e o de origem racional..... | 88 |
| 4.1.2. O jusnaturalismo de direitos humanos no direito internacional e no STF..... | 90 |
| 4.2. O positivismo nacionalista..... | 92 |
| 4.3. As teorias utilitaristas, socialistas e comunistas do século XIX e a crítica aos direitos humanos..... | 94 |
| 4.3.1. O utilitarismo clássico: Bentham e Stuart Mill..... | 94 |
| 4.3.2. O socialismo e o comunismo..... | 95 |
| 4.4. A reconstrução dos direitos humanos no século XX: a dignidade humana e a abertura aos princípios jurídicos..... | 96 |
| 5. As especificidades dos direitos humanos..... | 98 |
| 5.1. A centralidade dos direitos humanos..... | 98 |
| 5.2. Universalidade, inerência e transnacionalidade..... | 98 |
| 5.3. Indivisibilidade, interdependência e unidade..... | 101 |
| 5.4. A abertura dos direitos humanos, não exaustividade e fundamentalidade.. | 103 |
| 5.5. Imprescritibilidade, inalienabilidade, indisponibilidade..... | 104 |
| 5.6. Proibição do retrocesso..... | 107 |
| 5.7. A justiciabilidade dos direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais (DESCAs)..... | 111 |
| 6. A interpretação..... | 114 |
| 6.1. A interpretação conforme os direitos humanos..... | 114 |
| 6.2. A interpretação dos direitos humanos: aspectos gerais..... | 115 |
| 6.3. A máxima efetividade, a interpretação <i>pro homine</i> e o princípio da primazia da norma mais favorável ao indivíduo..... | 120 |
| 7. A resolução dos conflitos entre direitos humanos..... | 124 |
| 7.1. Aspectos gerais: a delimitação dos direitos humanos..... | 124 |
| 7.2. Teoria interna..... | 125 |
| 7.3. Teoria externa..... | 128 |
| 7.4. O princípio da proporcionalidade..... | 131 |
| 7.4.1. Conceito e situações típicas de invocação na temática dos direitos humanos..... | 131 |
| 7.4.2. Fundamento..... | 133 |
| 7.4.3. Elementos da proporcionalidade..... | 134 |
| 7.4.4. A proibição da proteção insuficiente: o sentido positivo da proporcionalidade..... | 137 |
| 7.4.5. A regra de colisão previamente disposta na Constituição e a ponderação de 2º grau..... | 139 |
| 7.4.6. Proporcionalidade e razoabilidade..... | 144 |

| | |
|---|-----|
| 7.4.7. Inconstitucionalidade e proporcionalidade | 145 |
| 8. A proteção do conteúdo essencial dos direitos humanos e a “garantia dupla” | 149 |
| 9. Espécies de restrições dos direitos humanos | 152 |
| 9.1. As restrições legais: a reserva legal simples e a reserva legal qualificada | 152 |
| 9.2. Os direitos sem reserva expressa: a reserva legal subsidiária e a “reserva geral de ponderação” | 153 |
| 9.3. As limitações dos direitos humanos pelas relações especiais de sujeição..... | 154 |
| 9.4. O enfrentamento de situações de emergência à luz dos direitos humanos ... | 155 |
| 10. Os diálogos institucionais e a convivência entre a legitimidade democrática e a proteção dos direitos humanos | 158 |

PARTE II – ASPECTOS PRINCIPAIS DOS TRATADOS DE DIREITOS HUMANOS, DE DIREITO INTERNACIONAL HUMANITÁRIO E DO DIREITO INTERNACIONAL DOS REFUGIADOS

Capítulo I – Os três eixos da proteção internacional de direitos humanos

163

Capítulo II – O sistema universal (ONU)

167

| | |
|---|-----|
| 1. A Carta Internacional dos Direitos Humanos | 167 |
| 2. Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos | 168 |
| 2.1. Protocolo Facultativo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos | 173 |
| 2.2. Segundo Protocolo Adicional ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos | 173 |
| 3. Pacto Internacional sobre Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (PIDESC)..... | 175 |
| 3.1. Protocolo Facultativo ao PIDESC | 180 |
| 4. Convenção Suplementar sobre a Abolição da Escravatura, do Tráfico de Escravos e das Instituições e Práticas Análogas à Escravatura | 182 |
| 5. Convenção para a Prevenção e a Repressão do Crime de Genocídio | 187 |
| 6. Convenção sobre Imprescritibilidade dos Crimes de Guerra e dos Crimes Contra a Humanidade | 190 |
| 7. Convenção relativa ao Estatuto dos Refugiados e Protocolo sobre o Estatuto dos Refugiados | 192 |
| 8. Declaração de Nova York sobre Refugiados e Migrantes..... | 198 |
| 9. Convenção sobre o Estatuto dos Apátridas (1954) | 199 |
| 10. Convenção para a Redução dos Casos de Apatridia (1961)..... | 203 |
| 11. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial..... | 205 |
| 12. Convenção Internacional sobre a supressão e punição do crime de <i>apartheid</i> | 208 |
| 13. Convenção Internacional contra o <i>apartheid</i> nos esportes | 210 |
| 14. Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW) e respectivo Protocolo Facultativo | 212 |
| 15. Convenção contra a Tortura e Outros Tratamentos ou Penas Cruéis, Desumanos ou Degradantes e Protocolo Opcional..... | 220 |
| 16. Protocolo de Istambul..... | 228 |
| 17. Regras Mínimas das Nações Unidas para o Tratamento de Presos (Regras Nelson Mandela)..... | 229 |
| 18. Regras das Nações Unidas para o Tratamento de Mulheres Presas e Medidas Não Privativas de Liberdade para Mulheres Infratoras (Regras de Bangkok) .. | 238 |
| 19. Convenção Internacional para a Proteção de Todas as Pessoas contra o Desaparecimento Forçado | 243 |
| 20. Convenção sobre os Direitos da Criança | 252 |

| | |
|--|------------|
| 20.1. O Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança relativo ao envolvimento de crianças em conflitos armados | 265 |
| 20.2. Protocolo Facultativo à Convenção sobre os Direitos da Criança referente à venda de crianças, à prostituição infantil e à pornografia infantil | 267 |
| 20.3. Protocolo facultativo à convenção sobre os direitos das crianças, relativo aos procedimentos de comunicação..... | 272 |
| 21. Declaração e Programa de Ação de Viena (1993) | 276 |
| 22. Protocolo de Prevenção, Supressão e Punição do Tráfico de Pessoas, especialmente Mulheres e Crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional | 279 |
| 23. Convenção da ONU sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo..... | 283 |
| 24. Tratado de Marraqueche sobre acesso facilitado a obras publicadas | 289 |
| 25. Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias | 294 |
| 26. Princípios de Yogyakarta sobre orientação sexual – “Mais 10” | 304 |
| 27. Convenção n. 169 da OIT sobre Povos Indígenas e Tribais | 310 |
| 28. Declaração da ONU sobre os Direitos dos Povos Indígenas | 315 |
| 29. Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais | 318 |
| 30. Princípios Orientadores sobre Empresas e Direitos Humanos | 322 |
| 31. Convenção Quadro de Controle do Tabaco (CQCT) | 329 |
| 32. Princípios Básicos sobre a Independência do Poder Judiciário e os Princípios de Bangalore | 333 |
| 33. O Protocolo de Minnesota sobre Investigação de Mortes Potencialmente Ilícitas..... | 338 |
| 34. Princípios básicos sobre o uso da força e armas de fogo pelos funcionários responsáveis pela aplicação da lei..... | 341 |
| Capítulo III – O sistema regional americano | 345 |
| 1. A Carta da OEA e a Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem: aspectos gerais do sistema | 345 |
| 2. Atuação específica da Organização dos Estados Americanos (OEA) | 348 |
| 2.1. A OEA e a valorização da Defensoria Pública | 348 |
| 2.2. os relatórios anuais e relatoria para a liberdade de expressão | 348 |
| 3. Convenção Americana Sobre Direitos Humanos (“Pacto de San José da Costa Rica”)..... | 350 |
| 4. Protocolo adicional à Convenção Americana sobre Direitos Humanos em matéria de direitos econômicos, sociais e culturais (“Protocolo de San Salvador”) | 363 |
| 5. Protocolo à Convenção Americana sobre Direitos Humanos Referente à Abolição da Pena de Morte..... | 370 |
| 6. Convenção Interamericana para Prevenir e Punir a Tortura..... | 371 |
| 7. Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência Contra a Mulher (“Convenção de Belém do Pará”)..... | 374 |
| 8. Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência | 379 |
| 9. Convenção Interamericana sobre o Desaparecimento Forçado..... | 382 |
| 10. Carta Democrática Interamericana | 387 |
| 11. Carta Social das Américas..... | 389 |
| 12. Convenção Interamericana sobre a Proteção dos Direitos Humanos das Pessoas Idosas | 392 |
| 13. Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância.. | 394 |

| | |
|---|------------|
| 14. Convenção Interamericana contra o Racismo, Discriminação Racial e Formas Conexas de Intolerância | 398 |
| 15. Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas | 400 |
| 16. Acordo Regional sobre Acesso à Informação, Participação Pública e Acesso à Justiça em Assuntos Ambientais na América Latina e no Caribe (Acordo de Escazú)..... | 403 |
| Capítulo IV – O sistema do Mercado Comum do Sul (Mercosul) | 407 |
| 1. Aspectos gerais do Mercosul e a defesa da democracia e dos direitos humanos..... | 407 |
| 2. Os protocolos de Ushuaia I e II..... | 408 |
| 3. Protocolo de Assunção sobre Compromisso com a Promoção e Proteção dos Direitos Humanos do Mercosul | 410 |
| Capítulo V – Mecanismos internacionais de proteção e monitoramento dos direitos humanos: competência, composição e funcionamento | 413 |
| 1. Aspectos gerais do sistema global (ONU)..... | 413 |
| 2. Conselho de Direitos Humanos..... | 414 |
| 2.1. Relatores especiais..... | 415 |
| 2.2. Revisão Periódica Universal..... | 416 |
| 3. Comitê de Direitos Humanos | 419 |
| 4. Conselho Econômico e Social e Comitê de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais | 424 |
| 5. Comitê para a Eliminação da Discriminação Racial..... | 428 |
| 6. Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher | 429 |
| 7. Comitê contra a Tortura | 433 |
| 8. Comitê para os Direitos da Criança | 442 |
| 9. Comitê sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência | 445 |
| 10. Comitê contra Desaparecimentos Forçados | 447 |
| 11. Resumo da atividade de monitoramento internacional pelos Comitês (<i>treaty bodies</i>) | 449 |
| 12. Alto Comissariado das Nações Unidas para Direitos Humanos..... | 450 |
| 13. Comissão Interamericana de Direitos Humanos (Comissão IDH)..... | 453 |
| 13.1. Aspectos gerais..... | 453 |
| 13.2. A Comissão IDH e o trâmite das petições individuais | 454 |
| 13.2.1. Provocação e condições de admissibilidade | 454 |
| 13.2.2. A conciliação perante a Comissão | 456 |
| 13.2.3. As medidas cautelares da Comissão..... | 456 |
| 13.2.4. O Primeiro Informe e possível ação perante a Corte IDH | 460 |
| 13.2.5. O Segundo Informe | 460 |
| 13.3. Corte Interamericana de Direitos Humanos..... | 461 |
| 13.3.1. Composição e o juiz <i>ad hoc</i> | 461 |
| 13.3.2. Funcionamento | 462 |
| 13.3.3. Legitimidade ativa e passiva nos processos contenciosos..... | 463 |
| 13.3.4. O EPAP (ESAP) e o defensor público interamericano | 463 |
| 13.3.5. Contestação, exceções preliminares e provas..... | 464 |
| 13.3.6. Os <i>amici curiae</i> | 465 |
| 13.3.7. As medidas provisórias..... | 465 |
| 13.3.8. Desistência, reconhecimento e solução amistosa | 467 |
| 13.3.9. A sentença da Corte: as obrigações de dar, fazer e não fazer | 467 |

| | |
|---|-----|
| 13.3.10. O recurso cabível | 468 |
| 13.3.11. Jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos: casos contenciosos..... | 468 |
| 13.3.12. A jurisdição consultiva da Corte IDH | 508 |
| 14. Entes e procedimentos da proteção da democracia no Mercosul..... | 517 |

Capítulo VI – O Tribunal Penal Internacional e os direitos humanos **521**

| | |
|---|-----|
| 1. Os Tribunais precursores: de Nuremberg a Ruanda..... | 521 |
| 2. O Estatuto de Roma | 524 |
| 3. A fixação da jurisdição do TPI..... | 526 |
| 4. O princípio da complementaridade e o regime jurídico: imprescritível e sem imunidades..... | 526 |
| 5. Os crimes de <i>jus cogens</i> | 528 |
| 5.1. Genocídio | 528 |
| 5.2. Crimes contra a humanidade | 529 |
| 5.3. Crimes de guerra..... | 530 |
| 5.4. Crime de agressão..... | 530 |
| 6. O trâmite..... | 532 |
| 7. Penas e ordens de prisão processual..... | 535 |
| 8. O TPI e o Brasil..... | 536 |

PARTE III – O BRASIL E OS DIREITOS HUMANOS

| | |
|---|-----|
| 1. Da Constituição de 1824 ao Congresso Nacional Constituinte (1985-1987)..... | 545 |
| 2. A Constituição de 1988, fundamentos, objetivos e a internacionalização dos direitos humanos..... | 548 |
| 2.1. Os fundamentos e objetivos da República..... | 548 |
| 2.2. A expansão dos direitos humanos e sua internacionalização na Constituição de 1988 | 549 |
| 2.3. A supremacia da Constituição e os direitos humanos | 550 |
| 2.4. Cláusulas pétreas | 552 |
| 3. Os tratados de direitos humanos: formação, incorporação e hierarquia normativa no Brasil..... | 559 |
| 3.1. As normas constitucionais sobre a formação e incorporação de tratados | 559 |
| 3.1.1. Terminologia e a prática constitucional brasileira..... | 559 |
| 3.1.2. A teoria da junção de vontades..... | 560 |
| 3.1.3. As quatro fases: da formação da vontade à incorporação | 560 |
| 3.1.4. A hierarquia normativa ordinária ou comum dos tratados | 565 |
| 3.2. Processo legislativo, aplicação e hierarquia dos tratados internacionais de direitos humanos em face do art. 5º, e seus parágrafos, da CF/88 | 570 |
| 3.2.1. Aspectos gerais | 570 |
| 3.2.2. A situação antes da Emenda Constitucional n. 45/2004: os §§ 1º e 2º do art. 5º..... | 571 |
| 3.3. A hierarquia normativa dos tratados de direitos humanos e a Emenda Constitucional n. 45/2004..... | 572 |
| 3.3.1. Aspectos gerais..... | 572 |
| 3.3.2. As diferentes visões doutrinárias sobre o impacto do rito especial do art. 5º, § 3º, na hierarquia dos tratados de direitos humanos..... | 574 |

| | |
|--|-----|
| 3.4. A teoria do duplo estatuto dos tratados de direitos humanos: natureza constitucional (os aprovados pelo rito do art. 5º, § 3º) e natureza supra-legal (todos os demais) | 577 |
| 3.5. O impacto do art. § 3º, no processo de formação e incorporação dos tratados de direitos humanos | 579 |
| 3.5.1. O rito especial do art. 5º, § 3º, é facultativo: os tratados de direitos humanos aprovados pelo rito comum depois da EC n. 45/2004.... | 579 |
| 3.5.2. O rito especial pode ser requerido pelo Presidente ou pelo Congresso | 580 |
| 3.5.3. O decreto de promulgação continua a ser exigido no rito especial ... | 580 |
| 4. A denúncia de tratado internacional de direitos humanos em face do direito brasileiro | 581 |
| 5. A aplicabilidade imediata das normas contidas em tratados internacionais de direitos humanos ratificados pelo Brasil..... | 584 |
| 6. O bloco de constitucionalidade | 584 |
| 6.1. O bloco de constitucionalidade amplo..... | 584 |
| 6.2. O bloco de constitucionalidade restrito | 585 |
| nacional e o controle de matriz nacional | 587 |
| 8. “O Diálogo das Cortes” e seus parâmetros | 591 |
| 9. A crise dos “tratados internacionais nacionais” e a superação do conflito entre decisões sobre direitos humanos: a teoria do duplo controle..... | 594 |
| 10. A competência da Justiça Federal nas hipóteses de grave violação de direitos humanos..... | 597 |
| 10.1. O incidente de deslocamento de competência: origens e trâmite | 597 |
| 10.2. A motivação para a criação do IDC e requisitos para seu deferimento..... | 597 |
| 10.3. A prática do deslocamento | 598 |
| 10.4. As críticas ao IDC | 601 |
| 11. A busca da implementação dos direitos humanos no Brasil..... | 605 |
| 11.1. O IDH brasileiro e a criação de uma política de direitos humanos..... | 605 |
| 11.2. Os Programas Nacionais de Direitos Humanos 1, 2 e 3 | 606 |
| 11.3. Programas estaduais de direitos humanos..... | 612 |
| 12. As principais instituições de defesa e promoção dos direitos humanos no Poder Executivo Federal, após o <i>impeachment</i> de 2016 e a reforma de 2019..... | 615 |
| 12.1. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos | 615 |
| 12.2. A nova regulamentação dos Conselhos de Participação Social | 618 |
| 12.3. Secretarias do Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos.... | 620 |
| 12.4. Ouvidoria Nacional de Direitos Humanos | 622 |
| 12.5. Conselho Nacional dos Direitos Humanos | 622 |
| 12.6. Outros órgãos colegiados federais de defesa de direitos humanos..... | 626 |
| 12.6.1. O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA | 626 |
| 12.6.2. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Portadora de Deficiência – CONADE | 627 |
| 12.6.3. O Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa Idosa – CNDPI | 628 |
| 12.6.4. O Conselho Nacional de Combate à Discriminação – CNCD..... | 629 |
| 12.6.5. Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos – CEMDP | 630 |
| 12.6.6. A Comissão Nacional de Erradicação do Trabalho Escravo – CONATRAE | 631 |

| | |
|--|-----|
| 12.6.7. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos – CNEDH .. | 632 |
| 12.6.8. Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.... | 633 |
| 12.6.9. Conselho Nacional dos Direitos da Mulher – CNDM | 634 |
| 12.6.10. Comitê Nacional de Respeito à Diversidade Religiosa – CNRDR.. | 634 |
| 12.6.11. Comitê Intersectorial de Acompanhamento e Monitoramento da Política Nacional para a População em Situação de Rua | 635 |
| 13. No Poder Legislativo Federal: a Comissão de Direitos Humanos e Minorias da Câmara dos Deputados – CDHM | 640 |
| 14. Ministério Público Federal e Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão..... | 641 |
| 15. A Defensoria Pública da União e a defesa dos direitos humanos..... | 644 |
| 16. Instituições de defesa de direitos humanos no plano estadual e municipal | 646 |
| 16.1. O Ministério Público estadual..... | 646 |
| 16.2. A Defensoria Pública do Estado e a defesa dos direitos humanos..... | 647 |
| 16.3. Os Conselhos Estaduais de Direitos Humanos..... | 648 |
| 17. <i>Custos legis, custos vulnerabilis</i> e o <i>amicus curiae</i> na defesa dos direitos humanos..... | 649 |
| 18. A instituição nacional de direitos humanos e os “Princípios de Paris” | 652 |
| 18.1. O conceito de instituição nacional de direitos humanos | 652 |
| 18.2. Os Princípios de Paris..... | 653 |
| 18.3. A instituição nacional de direitos humanos e a ONU | 654 |
| 18.4. O Brasil e a instituição nacional de direitos humanos..... | 655 |

PARTE IV – OS DIREITOS E GARANTIAS EM ESPÉCIE

| | |
|--|-----|
| 1. Aspectos gerais..... | 663 |
| 2. Destinatários da proteção e sujeitos passivos | 663 |
| 3. Direito à vida..... | 666 |
| 3.1. Aspectos gerais..... | 666 |
| 3.2. Início: a concepção, o embrião <i>in vitro</i> e a proteção do direito à vida..... | 667 |
| 3.3. Término da vida: eutanásia, ortotanásia, distanásia e suicídio..... | 670 |
| 3.4. Pena de morte..... | 671 |
| 3.4.1. As fases rumo ao banimento da pena de morte | 671 |
| 3.4.2. O tratamento desumano: o “corredor da morte” | 674 |
| 4. O direito à igualdade..... | 675 |
| 4.1. Livres e iguais: a igualdade na era da universalidade dos direitos humanos. | 675 |
| 4.2. As dimensões da igualdade..... | 678 |
| 4.3. As diversas categorias e classificações doutrinárias | 679 |
| 4.4. O dever de inclusão, discriminação direta e indireta, teoria do impacto desproporcional..... | 680 |
| 4.4.1. Para obter a igualdade: as medidas repressivas, promocionais e as ações afirmativas..... | 683 |
| 4.4.2. Discriminação estrutural ou sistêmica e o racismo institucional | 690 |
| 4.5. A violência de gênero | 693 |
| 4.5.1. Aspectos gerais da Lei Maria da Penha..... | 693 |
| 4.5.2. Aspectos penais e processuais penais da Lei Maria da Penha e a ADI 4.424 | 696 |
| 4.5.3. A igualdade material e a ADC 19 | 698 |
| 4.5.4. A Lei n. 13.104/2015: o feminicídio | 699 |
| 4.6. Decisões do STF e do STJ sobre igualdade..... | 700 |

| | |
|---|-----|
| 5. Legalidade..... | 711 |
| 5.1. Legalidade e reserva de lei..... | 712 |
| 5.2. Os decretos e regulamentos autônomos (CF, art. 84, IV) | 714 |
| 5.3. Reserva de lei e reserva de Parlamento | 715 |
| 5.4. Regimentos de tribunais e reserva de lei..... | 717 |
| 5.5. Resoluções do CNJ e do CNMP | 717 |
| 5.6. Precedentes diversos do STF..... | 718 |
| 6. Direito à integridade física e psíquica..... | 723 |
| 6.1. Direito à integridade física e moral | 723 |
| 6.2. A tortura (art. 5º, III e XLIII) e seu tratamento constitucional e interna- cional..... | 724 |
| 6.2.1. O crime de tortura previsto na Lei n. 9.455/97..... | 727 |
| 6.2.2. O tratamento desumano ou degradante | 728 |
| 6.2.3. Tortura e penas ou tratos cruéis, desumanos ou degradantes como conceito integral. Diferenciação entre os elementos do conceito na jurisprudência da Corte Europeia de Direitos Humanos (caso irlandês) e seus reflexos no art. 16 da Convenção da ONU contra a Tortura de 1984..... | 729 |
| 6.2.4. Experimentação humana e seus limites bioéticos: casos de con- vergência com o conceito de tortura | 731 |
| 6.3. Precedentes do STF e do STJ..... | 731 |
| 7. Liberdade de pensamento e expressão da atividade intelectual, artística, cien- tífica e de comunicação | 735 |
| 7.1. Conceito e alcance | 735 |
| 7.2. Espécies de censura e a proteção da criança e do adolescente | 736 |
| 7.3. O monitoramento de ideias: o efeito inibidor nas escolas..... | 737 |
| 7.4. A liberdade de expressão e o efeito inibidor do uso de sanções cíveis e penais na defesa da honra (o crime de desacato é inconvenção?) | 738 |
| 7.5. A proibição do anonimato, direito de resposta e indenização por danos. | 743 |
| 7.6. A liberdade de expressão e o “discurso de ódio” (<i>hate speech</i>)..... | 744 |
| 7.7. Humor, pornografia e outros casos de limite à liberdade de expressão. O racismo recreativo. O “miller-test”. | 747 |
| 7.8. Lei de Imprensa e regulamentação da liberdade de expressão. O uso do Direito Penal na repressão à liberdade de expressão | 749 |
| 7.9. Liberdade de expressão em período eleitoral..... | 751 |
| 7.10. A liberdade de expressão e as <i>fake news</i> | 753 |
| 7.11. A liberdade de expressão e os membros da magistratura e do Ministério Público. | 754 |
| 7.12. Outros casos de liberdade de expressão e suas restrições no STF | 757 |
| 8. Liberdade de consciência e liberdade religiosa | 760 |
| 8.1. Liberdade de consciência | 760 |
| 8.2. Liberdade de crença ou de religião | 762 |
| 8.3. Limites à liberdade de crença e religião | 765 |
| 9. Direito à intimidade, vida privada, honra e imagem..... | 768 |
| 9.1. Conceito: diferença entre privacidade (ou vida privada) e intimidade.... | 768 |
| 9.2. Direito à honra e à imagem | 770 |
| 9.3. Direito à privacidade e suas restrições possíveis | 771 |
| 9.4. Direito ao esquecimento e direito à esperança: o conflito entre a priva- cidade e a liberdade de informação..... | 773 |

| | |
|---|-----|
| 9.5. Ordens judiciais restringindo a liberdade de informação em nome do direito à privacidade | 777 |
| 9.6. Divulgação de informação de interesse público obtida ilicitamente | 777 |
| 9.7. Inviolabilidade domiciliar | 778 |
| 9.7.1. Conceito e as exceções constitucionais..... | 778 |
| 9.7.2. Proibição de ingresso no domicílio e a atividade das autoridades tributárias e sanitárias | 781 |
| 9.8. Advogado: inviolabilidade do escritório de advocacia e preservação do sigilo profissional | 782 |
| 9.9. O sigilo de dados em geral | 783 |
| 9.9.1. Sigilo fiscal..... | 785 |
| 9.9.2. Sigilo bancário..... | 787 |
| 9.10. O COAF e os sigilos bancário e fiscal | 792 |
| 9.11. O CNJ e os sigilos bancário e fiscal | 794 |
| 9.12. Sigilo de correspondência e de comunicação telegráfica: possibilidade de violação e ausência de reserva de jurisdição..... | 794 |
| 9.13. O sigilo telefônico e interceptação prevista na Lei n. 9.296/96, inclusive do fluxo de comunicações em sistemas de informática e telemática. O Sigilo comum e o sigilo qualificado..... | 795 |
| 9.14. A gravação realizada por um dos interlocutores sem o conhecimento do outro: prova lícita, de acordo com o STF (repercussão geral) | 798 |
| 9.15. A interceptação ambiental | 799 |
| 9.16. Casos excepcionais de uso da interceptação telefônica: o “encontro fortuito de crime”, a descoberta de novos autores e a prova emprestada..... | 799 |
| 9.17. Interceptação telefônica ordenada por juízo cível | 801 |
| 9.18. A Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais..... | 802 |
| 9.19. A privacidade e o direito à segurança, à verdade e à justiça: a geolocalização (Caso Marielle) e o uso do WhatsApp | 807 |
| 9.20. Decisões do STF..... | 810 |
| 10. Liberdade de informação e sigilo de fonte | 813 |
| 10.1. Jurisprudência do STF..... | 815 |
| 11. Liberdade de locomoção | 816 |
| 11.1. Conceito e restrições à liberdade de locomoção | 816 |
| 11.2. A privação de liberdade após a Lei Anticrime | 817 |
| 11.3. Liberdade provisória com ou sem fiança..... | 825 |
| 11.4. Prisões nos casos de transgressões militares ou crimes propriamente militares, definidos em lei e as prisões no estado de emergência | 826 |
| 11.5. Enunciação dos direitos do preso..... | 827 |
| 11.6. Direito a não contribuir para sua própria incriminação..... | 828 |
| 11.7. Prisão extrapenal..... | 831 |
| 11.8. Audiência de apresentação ou custódia..... | 833 |
| 11.9. Sistema prisional, uso de algemas e o estado de coisas inconstitucional... | 836 |
| 12. Liberdade de reunião e manifestação em praça pública. O discurso contramajoritário, uso de máscaras e as táticas <i>black block</i> | 841 |
| 13. Liberdade de associação | 843 |
| 13.1. Jurisprudência do STF..... | 844 |
| 14. Direito de propriedade | 845 |
| 14.1. Conceito e função social | 845 |
| 14.2. As restrições impostas ao direito de propriedade..... | 846 |
| 14.3. A desapropriação..... | 848 |

| | |
|---|-----|
| 14.4. Impenhorabilidade | 849 |
| 14.5. Propriedade de estrangeiros | 849 |
| 15. Direitos autorais | 852 |
| 15.1. Direitos autorais e domínio público..... | 852 |
| 15.2. A proteção à propriedade industrial | 854 |
| 16. Direito de herança e Direito Internacional Privado..... | 854 |
| 17. Defesa do consumidor..... | 855 |
| 17.1. Jurisprudência do STJ | 856 |
| 18. Direito à informação e a Lei de Acesso à Informação Pública de 2011 | 856 |
| 19. Direito de petição..... | 859 |
| 20. Direito à certidão..... | 860 |
| 21. Direito de acesso à justiça | 861 |
| 21.1. Conceito | 862 |
| 21.2. A tutela coletiva de direitos e a tutela de direitos coletivos..... | 864 |
| 21.3. Ausência de necessidade de prévio esgotamento da via administrativa e a falta de interesse de agir | 865 |
| 21.4. Arbitragem e acesso à justiça..... | 865 |
| 21.5. A independência do Poder Judiciário e a tese do uso do “art. 142”. | 866 |
| 22. A segurança jurídica e o princípio da confiança: a defesa do direito adquirido, ato jurídico perfeito e coisa julgada..... | 868 |
| 23. Juiz natural e promotor natural. A Lei de Abuso de Autoridade | 870 |
| 23.1. Conceito | 870 |
| 23.2. A Constituição Federal e o juiz natural: o foro por prerrogativa de função | 872 |
| 23.3. Juiz Natural e crimes eleitorais conexos com crimes federais comuns: a Operação Lava Jato..... | 878 |
| 23.4. Promotor natural, força-tarefa e Gaeco | 879 |
| 23.5. Tribunal do Júri..... | 881 |
| 24. Direitos Humanos no Direito Penal e Processual Penal..... | 884 |
| 24.1. Princípios da reserva legal e da anterioridade em matéria penal..... | 885 |
| 24.2. Os mandados constitucionais de criminalização e o princípio da proibição de proteção deficiente | 886 |
| 24.3. Racismo..... | 889 |
| 24.3.1. O crime de racismo e sua abrangência: o antissemitismo e outras práticas discriminatórias | 889 |
| 24.3.2. O estatuto constitucional punitivo do racismo e o posicionamento do STF: o caso do antissemitismo e outras práticas discriminatórias..... | 892 |
| 24.3.3. O racismo homotransfóbico..... | 893 |
| 24.4. Lei dos Crimes Hediondos, liberdade provisória e indulto..... | 897 |
| 24.5. A imprescritibilidade de graves violações de direitos humanos | 897 |
| 25. O regramento constitucional das penas e a Lei Anticrime | 899 |
| 26. Extradicação e os direitos humanos | 903 |
| 26.1. Conceito | 903 |
| 26.2. Juízo de delibação e os requisitos da extradicação | 905 |
| 26.3. Trâmite da extradicação..... | 908 |
| 27. Devido processo legal, contraditório e ampla defesa | 909 |
| 27.1. Conceito e seu conteúdo de acordo com o STF | 909 |
| 27.2. O devido processo legal substancial | 910 |
| 27.3. O devido processo legal e o duplo grau de jurisdição | 911 |

| | |
|--|-----|
| 27.4. O devido processo legal e a garantia do processo acusatório | 912 |
| 27.5. O devido processo legal e as inovações da Lei n. 13.964/2019 (“Lei Anticrime”): juiz das garantias e a imparcialidade do juízo | 914 |
| 27.6. O devido processo legal e a investigação criminal pelo poder judiciário: o inquérito das <i>fake news</i> | 920 |
| 27.7. O direito de falar por último | 925 |
| 28. Provas ilícitas | 927 |
| 28.1. Conceito | 927 |
| 28.2. Aceitação das provas obtidas por meios ilícitos e teoria dos frutos da árvore envenenada. O caso do Whatsapp | 927 |
| 28.3. Direito à prova e cooperação jurídica internacional: A ADC 51 | 929 |
| 29. A presunção de inocência e suas facetas | 931 |
| 29.1. Aspectos gerais da presunção de inocência e o princípio acusatório no processo penal. a lei anticrime | 931 |
| 29.2. A execução provisória ou imediata da pena criminal após o julgamento proferido em grau de apelação | 934 |
| 30. Identificação criminal: o Banco Nacional de Perfil Genético e o Banco Nacional Multibiométrico e de Impressões Digitais | 940 |
| 31. Ação penal privada subsidiária | 943 |
| 32. Publicidade dos atos processuais | 943 |
| 33. Prisão civil | 943 |
| 34. Assistência jurídica integral e gratuita | 944 |
| 35. Defensoria Pública | 945 |
| 35.1. Conceito, inserção constitucional e poderes | 945 |
| 35.2. Funções institucionais da Defensoria Pública | 947 |
| 35.3. Precedentes do STF | 948 |
| 36. O direito à duração razoável do processo | 949 |
| 37. Justiça de transição, direito à verdade e justiça | 949 |
| 38. Garantias fundamentais | 952 |
| 38.1. <i>Habeas corpus</i> | 952 |
| 38.2. Mandado de segurança | 955 |
| 38.3. Mandado de segurança coletivo | 957 |
| 38.4. Mandado de injunção | 960 |
| 38.5. <i>Habeas data</i> | 963 |
| 38.6. Ação popular | 965 |
| 38.7. Direito de petição | 968 |
| 38.8. Ação civil pública | 969 |
| 39. Direito à saúde | 970 |
| 39.1. Aspectos gerais | 970 |
| 39.2. Sistema Único de Saúde | 973 |
| 39.3. Jurisprudência do STF | 975 |
| 40. Sistema Único de Assistência Social | 978 |
| 41. Direito à educação | 980 |
| 41.1. Aspectos gerais | 980 |
| 41.2. O direito à educação democrática e o direito à educação emancipadora | 983 |
| 41.3. Jurisprudência do STF | 985 |
| 42. Direito à alimentação | 987 |
| 43. Direito à moradia | 989 |
| 44. Direitos das pessoas com deficiência e das pessoas com transtornos mentais. | 991 |

| | |
|--|------|
| 44.1. Direitos das pessoas com deficiência e a Lei n. 13.146/2015 | 991 |
| 44.2. Direitos das pessoas com transtornos mentais..... | 998 |
| 44.3. Direitos da pessoa com transtorno do espectro autista | 999 |
| 45. Direito à mobilidade..... | 1001 |
| 46. Direitos indígenas | 1003 |
| 46.1. Noções gerais: terminologia | 1003 |
| 46.2. Tratamento normativo até a Constituição de 1988..... | 1005 |
| 46.3. Indígenas na Constituição. Competência. Ocupação tradicional. Aplicação da lei brasileira | 1007 |
| 46.3.1. Aspectos os princípios e os dispositivos constitucionais .. | 1007 |
| 46.3.2. A vulnerabilidade agravada dos povos indígenas | 1009 |
| 46.3.3. As terras tradicionalmente ocupadas pelos índios e o “renitente esbulho”. O marco temporal da ocupação..... | 1010 |
| 46.3.4. A jurisprudência da Corte IDH e a matéria indígena: o Diálogo das Cortes | 1014 |
| 46.3.5. O direito à consulta livre e informada das comunidades indígenas e o respeito às tradições: o pluralismo jurídico..... | 1016 |
| 46.4. Povos indígenas e comunidades tradicionais em face do Direito Internacional..... | 1017 |
| 46.5. Autonomia e questão tutelar..... | 1019 |
| 46.6. A demarcação contínua e as suas condicionantes: o caso Raposa Serra do Sol..... | 1021 |
| 46.6.1. A demarcação das terras indígenas..... | 1021 |
| 46.6.2. O Caso Raposa Serra do Sol e as condicionantes | 1022 |
| 46.7. Direito Penal e os povos indígenas | 1026 |
| 46.8. Aspectos processuais..... | 1028 |
| 46.9. Questões específicas da matéria indígena..... | 1030 |
| 47. Direito à nacionalidade..... | 1031 |
| 47.1. Nacionalidade na gramática dos direitos humanos | 1031 |
| 47.2. Nacionalidade originária e a Emenda Constitucional n. 54/2007 | 1032 |
| 47.3. Nacionalidade derivada ou secundária (adquirida)..... | 1034 |
| 47.4. Quase nacionalidade..... | 1037 |
| 47.5. Diferença de tratamento entre brasileiros natos e naturalizados | 1038 |
| 47.6. Perda e renúncia ao direito à nacionalidade..... | 1039 |
| 48. Direitos políticos | 1043 |
| 48.1. Conceito: o direito à democracia | 1043 |
| 48.2. Democracia indireta ou representativa, democracia direta e democracia semidireta ou participativa | 1047 |
| 48.3. A democracia partidária: os partidos políticos..... | 1049 |
| 48.4. Os principais institutos da democracia direta utilizados no Brasil..... | 1055 |
| 48.5. Os direitos políticos em espécie: o direito ao sufrágio | 1057 |
| 48.5.1. Noções gerais..... | 1057 |
| 48.5.2. Capacidade eleitoral ativa: a alistabilidade..... | 1059 |
| 48.5.3. A capacidade eleitoral passiva: a elegibilidade | 1061 |
| 48.5.4. A capacidade eleitoral passiva: as inelegibilidades constitucionais e infraconstitucionais | 1062 |
| 48.5.5. Direito à boa governança e o controle de convencionalidade da Lei da Ficha Limpa: o caso Lula | 1067 |
| 48.6. Perda e Suspensão dos direitos políticos..... | 1072 |
| 48.7. A segurança da urna eletrônica e o direito ao voto seguro | 1076 |

| | |
|---|-------------|
| 49. Direitos sexuais e reprodutivos..... | 1078 |
| 49.1. A proteção dos direitos sexuais e reprodutivos | 1078 |
| 49.2. Direito à livre orientação sexual e identidade de gênero | 1082 |
| 50. Direitos dos migrantes..... | 1087 |
| 50.1. Aspectos Gerais..... | 1087 |
| 50.2. Histórico brasileiro do tratamento jurídico ao migrante..... | 1090 |
| 50.2.1. Fase do estrangeiro como inimigo..... | 1090 |
| 50.2.2. Fase do estrangeiro como imigrante e fator de desenvolvimento | 1091 |
| 50.2.3. Fase do controle e xenofobia | 1092 |
| 50.2.4. Fase da segurança nacional | 1093 |
| 50.2.5. A CF/88 e a fase da igualdade e garantia..... | 1094 |
| 50.3. A nova Lei de Migração (Lei n. 13.445/2017) | 1095 |
| 50.3.1. Aspectos gerais da nova lei..... | 1095 |
| 50.3.2. As principais características | 1096 |
| 50.4. As medidas administrativas de retirada compulsória do imigrante | 1102 |
| 50.4.1. Aspectos gerais | 1102 |
| 50.4.2. A repatriação | 1103 |
| 50.4.3. A deportação | 1103 |
| 50.4.4. A expulsão | 1104 |
| 50.5. A Portaria n. 770/2019 e a saída compulsória de estrangeiros por razões sérias de prática de crimes..... | 1106 |
| 50.6. A detenção e o direito à notificação da assistência consular..... | 1107 |
| 51. Direitos dos quilombolas | 1109 |
| 52. COVID-19 e os direitos humanos | 1110 |
| 52.1. A “Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional” (ESPII) e o novo coronavírus (COVID-19)..... | 1110 |
| 52.2. O balanceamento e as restrições aos direitos em tempo de pandemia. A manutenção das eleições e a Emenda Constitucional n. 107..... | 1113 |
| 52.3. A vigilância epidemiológica e a restrição a direitos | 1114 |
| 52.4. Direito à saúde como direito autônomo, independente da proteção ao direito à vida. O direito à assistência social na pandemia | 1116 |
| 52.5. O direito à informação: da ocultação de dados à nova “Revolta da Vacina” | 1117 |
| 52.6. A liberdade de locomoção (ir e vir), direito ao trabalho, livre-iniciativa, liberdade de religião e liberdade do exercício profissional | 1118 |
| 52.7. O direito à autodeterminação e à integridade pessoal: a vacinação e a internação compulsórias | 1120 |
| 52.8. A liberdade religiosa: o fechamento de lugares de culto e a cremação de cadáveres | 1121 |
| 52.9. O direito dos povos indígenas, diálogos institucionais e a Comissão Interamericana de Direitos Humanos..... | 1122 |
| 52.10. O direito dos migrantes e o fechamento das fronteiras..... | 1123 |
| 52.11. Direito à privacidade (“MP do IBGE”) | 1127 |
| 52.12. Direito à vida e à saúde dos presos..... | 1128 |
| 52.13. Direito à vida e as incursões policiais em comunidades..... | 1130 |
| Referências..... | 1133 |